

# TRAJETOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

*MARTINS, Carlos Benedito (org).*

Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil.  
Bauru SP: Edusc, 2005.

POR

*Fabio Lanza<sup>1</sup>*

A obra *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil* é resultado do trabalho de investigação sobre a realidade dos cursos de Pós-graduação em Sociologia, Política e Antropologia no país, desenvolvido pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ANPOCS, por meio da iniciativa do Comitê de Pós-graduação.

Os dados revelam diferenças entre o contexto estudado em 1991 e o concluído em 2003, em que o número de Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais teve um crescimento de 42,86%, com número inicial de 42 e final de 60. De acordo com Martins (2005, p. 8), “além da criação de novos cursos de mestrado, assistiu-se também, nesse período, à constituição de vários doutorados em centros que vinham experimentando uma maturação intelectual ...”.

Essa expansão trouxe consigo a necessidade de melhor conhecer o perfil e as características do ensino e da pesquisa nas Ciências Sociais, pois “no bojo desse processo construiu-se um sólido e diversificado sistema de Pós-graduação na área

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UEL.

das Ciências Sociais, encontrando-se já presente em quase todos os Estados da Federação” (MARTINS, 2005, p. 8)

O livro foi organizado em duas partes. A primeira é composta por duas notas introdutórias e um conjunto de anexos sistematizados pelo organizador que possibilitam aos leitores compreender a formação do Sistema Nacional de Pós-graduação e, nesse contexto, a situação e a perspectiva da Pós-graduação em Ciências Sociais. A segunda parte contém as contribuições dos autores convidados, que elaboraram onze capítulos em que discutem o ensino e a pesquisa pós-graduados nas subáreas de Antropologia, Política e Sociologia.

As análises iniciais de Martins (2005), nas duas notas introdutórias, propiciam um panorama sobre a temática e os elementos históricos que marcaram a construção da Pós-graduação no Brasil desde as décadas iniciais do século XX. Também destacam os diversos aspectos sobre a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil, como, por exemplo, que o processo de institucionalização da maioria dos 60 programas existentes ocorreu ao longo da ditadura militar (1964-1985) e contaram substancialmente com recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico.

Ao longo da primeira parte da obra, Martins apresenta os dados estatísticos apropriados da CAPES/MEC sobre os cursos de Pós-graduação no país e, especificamente, sobre os Programas de Ciências Sociais com suas três subáreas: no período de 1987 a 2003, passou de 37 para 60. Contrapondo esse trajeto histórico crescente, o autor indica que as agências de fomento e, por último, a CAPES, como principal fomentadora do sistema, não forneceram recursos financeiros “suficientes para atender adequadamente à expressiva expansão que o sistema vem experimentando nos últimos anos” (MARTINS, 2005, p. 29-30). O autor, apesar de sua análise permanecer descritiva e quantitativa, examinou igualmente a concentração regional, as lacunas nas áreas de pesquisa, os vínculos da produção da Pós-graduação com o ensino de graduação, definição de prioridades e o desenvolvimento futuro dos mesmos.

O autor enaltece o Sistema Nacional de Avaliação, hoje vinculado à CAPES. Essa perspectiva ratifica o *modus operandi* em que os Programas de Pós-graduação e seus docentes e discentes estão inseridos: a quantificação de publicações, redução de prazos e índices de produtividade anuais, sem perceber que todos esses elementos passaram a ser a tônica do ensino e da pesquisa. Foi esse contexto que permitiu nos últimos anos a popularização da expressão “publicar

ou perecer”. Dessa forma, a cultura da avaliação acadêmica da Pós-graduação, citada por Martins, não destaca as restrições da avaliação bianual elaborada pela CAPES e suas quantificações e não percebe a “rua sem saída” em que esse *modus operandi* coloca o ensino e a pesquisa pós-graduados em Ciências Sociais.

Os três capítulos iniciais da obra alçaram vôo no campo dos Programas de Pós-graduação em Política.

Esse primeiro conjunto de capítulos indica sérias preocupações quanto ao desenvolvimento dos Programas na subárea da Ciência Política, haja vista que no desenvolver dos mesmos permeiam a) os referenciais teóricos básicos e os recortes constitutivos da produção do conhecimento em Ciência Política; b) conteúdos programáticos disciplinares norteadores (teorias políticas, estruturas políticas e métodos e técnicas de pesquisa); c) os limites e a ausência das discussões sobre o papel das questões metodológicas na Ciência Política brasileira; d) áreas temáticas e produção acadêmica em Ciência Política; e) aspectos institucionais da Ciência Política brasileira nos cursos de Pós-graduação.

Para os autores, a questão metodológica é uma fragilidade que deve ser enfrentada pelos docentes e discentes dos Programas de Pós-graduação em Política, principalmente no tocante às opções de métodos e técnicas de pesquisa que não reconhecem a

falsa oposição entre ‘quantitativo’ e ‘qualitativo’ [que] está sendo assaltada por dois novos flancos: o primeiro vem da diversificação de fontes, dados e informações [...] O outro flanco vem com o desenvolvimento de hardware e de software capazes de lidar com grandes massas de dados, inclusive escritos. (SOARES, 2005, p. 84)

Outras polêmicas acerca da exploração da temática vinculada à realidade social e à agenda política nacionais estão presentes e, dessa forma, a obra fornece um panorama diverso e significativo dos Programas de Pós-graduação em Ciência Política e estimula uma leitura aprofundada que poderá incrementar os debates e propiciar novas perspectivas de ensino e pesquisa.

O segundo bloco de capítulos (IV, V, VI, VII), abordam os Programas de Pós-graduação em Antropologia e apresentam ao leitor uma cronologia que vai desde a análise comparativa das diferentes estruturas curriculares, passando por uma crítica à cultura da avaliação dos Programas de Pós-graduação em Antropologia, pelo enfoque metodológico que cerca o ensino e a pesquisa - com vistas a superar a parcialização do conhecimento -, pelas características e

tendências do campo da Antropologia que encolheu frente à “fuga de cérebros” causada pelas aposentadorias dos que temiam a reforma previdenciária. As políticas governamentais adotadas ao longo da década de 1990 nas instituições públicas federais de ensino permitiram um estrangulamento e um sucateamento dos processos de ensino-pesquisa-extensão, que, não por coincidência, estavam associados ao *boom* do ensino superior privado no Brasil. Essa relação desigual entre o público e o privado está diretamente ligada aos antropólogos brasileiros, “pois muitos dos que saem da pós-graduação pública só encontram emprego nas graduações das universidades privadas o que, em geral, impede que desenvolvam plenamente suas carreiras de pesquisadores” (RIBEIRO, 2005, p. 153).

Procurando fazer um aporte temporal próximo à proposta da obra, concluída em 2003, e utilizando dados apresentados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira no censo do Ensino Superior brasileiro de 2003, verifica-se que o número de docentes em exercício no Brasil é maior nas instituições privadas. Ainda no período de 1995-2002, que compreende uma fase de poucos concursos públicos nas instituições federais, devido às nuances políticas adotadas pelos Ministros da Educação vinculados ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, o percentual de crescimento do quadro docente público é muito inferior se comparado com o percentual da iniciativa privada<sup>2</sup>.

Dentre outras questões polêmicas que envolvem os programas de Pós-graduação brasileiros, Eunice Durham enfatizou que a oferta de incentivo aos discentes pesquisadores por meio de bolsas de financiamento, apresentam algumas distorções, pois a bolsa, percebida como um direito e não como prêmio, virou quase uma profissão de tempo integral (DURHAM, 2005, p.177).

Observação que talvez seja comum apenas aos grandes centros de Pós-graduação brasileiros.

No último segmento da obra, os capítulos de VIII a XI debatem aspectos que envolvem a Pós-graduação em Ciências Sociais com ênfase na subárea da Sociologia. Aqui também são abordadas questões relativas às características e situação atual da subárea que tem um perfil formador exclusivamente acadêmico e continuador do *modus operandi*, tanto do Sistema Nacional de Pós-graduação, como da reprodução da vivência profissional enquanto docentes-pesquisadores.

O *boom* da expansão das Instituições de Ensino Superior Privadas, ocorrido

---

<sup>2</sup>As informações do Censo do Ensino Superior Brasileiro de 2003 podem contribuir com maiores esclarecimentos, são de fácil acesso no sítio: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>

na década de 1990, ampliou o espaço ocupacional dos egressos dos Programas de Pós-graduação em Sociologia, assim, novas demandas emergem do mercado e se relacionam com a Pós-graduação em Ciências Sociais e ratificam a lógica de reprodução acadêmica.

No entanto, novos temas e demandas são instituídos ao mesmo tempo em que aspectos tradicionais já cristalizados continuam em pauta, sem desaparecer completamente, tais como: sociologia rural, urbana, do trabalho, da educação e política (PORTO, 2005, p. 218).

A proposta de que a produção da pesquisa sociológica, a partir da tomada da realidade social como objeto, desenvolva um conhecimento “pertinente, relevante e socialmente útil” (PORTO, 2005, p. 221), é alento nesse período em que a cultura de avaliação e os critérios a que é submetida à produção de pesquisa pós-graduado em Sociologia, estão mais preocupados com pontuações e classificações do que com a responsabilidade social da ciência frente às mazelas do cotidiano em que os sujeitos de pesquisa estão inseridos.

O capítulo X, elaborado por Santos e Baumgarten, destacou que as Ciências Sociais vivem grandes desafios no início do século XXI, porque têm que elaborar conceitos e teorias que sirvam para compreender os processos da vida cotidiana e intervir sobre eles, o que leva a enfrentar os problemas epistemológicos colocados pelas novas características da sociedade globalizada e a relativizar o “otimismo cientificista” (BAUMGARTEN; SANTOS, 2005, p. 234).

Frente ao debate sobre a produção epistemológica da Sociologia, seus métodos de investigação e a complexidade social contemporânea, os autores invocam a seguinte questão: “Podem as Ciências Sociais pensar utopias?”

A última contribuição do livro destaca que no estágio atual da pesquisa sociológica dos Programas de Pós-graduação há um descompasso entre “a vigorosa ampliação quantitativa da área e o recorte de temas relevantes, o que leva a observar que questões de ordem prática para inserção dos egressos no mercado de trabalho estimulam decisões pragmáticas no que tange à escolha do curso, na deliberação de continuar o processo de estudo e titulação e, portanto, os reflexos são danosos no processo de investigação e seleção dos temas sociológicos.

Para concluir, é possível observar que, apesar do conjunto dos autores apresentar importantes desafios colocados aos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais neste início de século XXI, há o reforço da resistência acadêmica

frente a uma das lacunas temáticas que carecem de pesquisa e comprometimento, tanto para a graduação como para a Pós-graduação, que é a abordagem da ampliação do universo de atuação dos cientistas sociais no Brasil todo, por meio da inclusão da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.